

O HOMEM ÉTICO RELIGIOSO NA ULTRAMODERNIDADE

Sebastião Jacinto dos Santos - sebastiaojacinto@hotmail.com

Orientadora: Cínara Maria Leite Nahra - cinaranahra@hotmail.com

A comunicação versa sobre a idéia de que a “religião de favores” (como nos afirma Kant - *A Religião nos Limites da Simples Razão*), como vivência obrigatória e absoluta está em ruínas. Desvaneceu-se, convertendo-se na sombra do negativo existente; culpa de uma má experiência de uma humanidade que vivenciou as necessidades do seu tempo. Em nome da religião se justificou muitas atrocidades e desafios na sociedade marcada por uma razão profana que interfere nas ações do Estado. Nossa visão sobre um olhar ético na “ultramodernidade” nos leva a concluir que a Religião pode aparecer com respeito ao conceito de eticidade com duplo valor. Quando fazem o mau uso do seu poder convertendo numa sorte de magia que faz aparecer como existentes relações da eticidade sempre seja, religião e filosofia caem no domínio dos interesses particulares do mundo dilacerado e são ideológicos. Porém, quando fazem frente ao mundo existente, o mundo dilacerado, conserva deste modo a intenção pelo universal concreto e são críticos.

Palavras chaves: Ultramodernidade. Ética. Religião. Moral. Filosofia.

INTRODUÇÃO

No final de sua vida como filósofo e professor de filosofia, com uma experiência de profundo desenvolvedor do sentido extra moral do comportamento, Kant resolve escrever uma obra baseado em um campo essencial para o ser humano: “A Religião no Limite da Simples Razão”. Ele resgata o sentido da religião na razão prática, no conhecimento da razão, no juízo, na razão pura e em todo o conhecimento seja argumentativo filosófico ou simplesmente pautado por um senso comum. Dentro deste conhecimento, a religião atua sempre como um campo de grande importância para Kant e também, para os seres humanos.

Na Crítica da Razão Prática Kant aponta a importância da religião e sua força na interferência da consciência humana. Os limites da razão estão neste caso, aparelhados por uma sensibilidade que não é negado em toda a trajetória do

conhecimento filosófico. Desde o desenvolvimento da cultura grega e, com o surgimento do culto aos deuses mitológicos à contemporaneidade, o sentido do divino está impregnado na memória genética do animal humano. Nesta trajetória, quanto menos conhecimento melhor a experiência com a divindade, e como o pensamento não é formado em definitivo quando o homem nasce, mas passa por estágios até chegar à maturidade, o sentido religioso também vai galgando pouco a pouco no campo da maturidade da razão. Neste caso, já se pode pensar dentro do campo de estudo da Teologia que a fé está baseada na experiência de cada indivíduo (Luigi De Blasi, 2004). Quanto mais consciente da razão e dos problemas que afetam a humanidade mais o indivíduo se afasta de uma fé ingênua.

Embora não tenhamos a pretensão de nos determos em fatos ou elementos da história, nossa comunicação segue por uma ótica discursiva do fato de que a religião, nesta briga antagônica entre o bem e o mal, tem se desvencilhado na defesa de uma fé que endurece os corações humanos, caindo em sucessivas repetições de formulas que já não convence por falta de atualização do discurso e do falso moralismo empregado na condenação dos atos adversos do pecado: desde a Idade Média essa prática tem sido uma constante, valorizando-se mais o pecado que o pecador, gerando um círculo vicioso, que faz o homem caminhar arrastando pesadas correntes, para garantir um pé na terra e outro no céu. Não fosse isso; ainda há as fortes conseqüências da condição humana em seus gostos, prazeres e sucessivas crises de moralidade. Se assim, sendo um único homem amoral todos podem ser.

RELIGIÃO E ESTADO COMO DESENVOLVEDORES DE LEIS PARA O HOMEM.

Como se pode ver claramente, na filosofia da religião de Kant existe, pois, duas vertentes que devem ser integradas. Uma delas, a oficial, referente a religião de favores e outra que trata da religião moral. Essa é a religião definitiva de Kant que se torna universal e condicional a todos os seres humanos, e aquela a que controla a condição humana, sufocando-o e limitando a um simples culto. Assim, a religião passa a ser tratada dentro de uma filosofia teórica passando a ser objeto de reflexão e de estudo.

A Religião assim como o Estado são duas realidades que fazem parte do cotidiano do homem e conseqüentemente estão arraigados pelos elementos metafísicos tratados na filosofia kantiana. Esses elementos, sobretudo a liberdade, os direitos e os deveres do indivíduo se complementam dentro da teoria da origem do homem com uma inclinação para o bem ou para o mal. Se há uma possível consideração da formação de uma sociedade que se vale da construção de um ordenamento civil mundial produzido exclusivamente a partir da obrigação natural, por baixo dessa hipótese uma doutrina jurídica pode conseqüentemente derivar as ações políticas na forma de ação moral; no entanto, para a religião há de fato, uma distancia no trato com as leis do estado por se constituir em sua realidade como um reino dos céus na terra.

Se o estudo da natureza dos Estados entre si é complexo as religiões tentam justificar uma paz mundial, enquanto o Estado segue uma relação interestatal segundo leis juridicamente obrigatórias, impossível, precisamente porque os indivíduos se comportam com respeito a substancialidade do Estado como frente à algo accidental e por isso a autoridade do soberano não pode obrigar universalmente a um compromisso de reflexão do público em princípios relacionais. A auto-afirmação do Estado emana da “pura decisão sem mistura”, segundo o critério da distinção entre amigo e inimigo.

A religião de favores, como vivência obrigatória e absoluta está em ruínas. Desvaneceu-se, convertendo-se na sombra do negativo existente; culpa de má experiência de uma humanidade que vivenciou as necessidades do seu tempo. Em nome da religião se justificou muitas atrocidades e desafios na sociedade marcada por uma razão profana que interfere nas ações do Estado. A Religião pode aparecer com respeito ao conceito de eticidade com duplo valor. Quando fazem o mau uso do seu poder convertendo numa sorte de magia que faz aparecer como existentes relações da eticidade e sempre que seja, religião e filosofia caem no domínio dos interesses particulares do mundo dilacerado e se voltam para atribuições ideológicas. Porém, quando fazem frente ao mundo existente, o mundo dilacerado, conserva deste modo a intenção pelo universal concreto e são críticos.

Kant atento a tal realidade trabalha em suas obras os aspectos da importância da filosofia e conseqüentemente desenvolve uma significativa teoria para uma definição de moral e religião. Podemos descrever melhor, suas constatações sobre a definição de religião moral baseado no fato de que o serviço de Deus se dá numa religião, e que para

Kant, há somente uma verdadeira religião; podendo haver vários tipos de fé. Nas diversas Igrejas separadas umas das outras pela diversidade de crenças, é possível se deparar com uma única e mesma religião. Kant fala que é mais conveniente dizer "Este homem é desta ou daquela fé" (Judaica, Cristã, Maometana, Luterana, Católica) do que dizer "é desta ou daquela religião". Essa última expressão não deveria ser usada, quando falada em público, pois é erudita e incompreensível, ou seja, Kant fala que o homem em geral, entende por religião a sua fé de Igreja que é apresentada aos nossos sentidos, ao passo que a verdadeira religião é oculta, interior, e depende de disposições de ânimo morais. Daí, a relação inicial para a suposta passagem da moral para a religião.

Na religião racional apresentada por Kant, ou seja, baseada na razão pura, não existem servidores legais ou funcionários: cada membro recebe suas ordens do legislador supremo, como mandamentos. Os servidores de uma fé religiosa são responsáveis pelo dever de conformar seus ensinamentos e organização à pura fé religiosa. O que ocorre, é que muitos servidores esquecem do fim último, atendo-se aos elementos estatutários e históricos da fé da Igreja (PASCAL, p. 188). Eis o conceito de religião em Kant:

*A religião (subjetivamente considerada) é o conhecimento de todos os nossos deveres como mandamentos divinos. Aquela em que eu devo previamente saber que algo é um mandamento divino para reconhecer como dever meu é a religião revelada (ou necessitada de uma revelação); pelo contrário, aquela em que de antemão devo saber que algo é dever, antes de o poder conhecer como mandamento divino, é a religião natural. Quem declara como moralmente necessária, isto é, como dever, somente a religião natural pode também chamar-se racionalista (em matéria de fé). Se nega a realidade efetiva de toda a revelação divina sobrenatural, diz-se naturalista (...)*ⁱ

O racionalismo que brota da religião em Kant, deve manter-se nos limites do conhecimento humano. Como naturalista, não negará nem discutirá a possibilidade da revelação, nem a necessidade de uma revelação divina para introduzir a verdadeira religião; pois a tal respeito nenhum homem pode decidir algo mediante a simples razão. A distinção da religião natural e revelada, cabe ao sujeito por si mesmo e pela sua razão.ⁱⁱ

PASCAL, (p. 188) nos diz que a religião pode ser objetivamente natural e subjetivamente revelada. É natural enquanto o fundamento é a razão natural; é doutrinal, ou revelada, enquanto se apóia em certos livros revelados para melhor compreensão. A religião cristã é ao mesmo tempo, revelada e natural. Por um lado, o seu ensinamento é semelhante ao da razão prática, não precisando de justificação exterior; por outro lado, funda-se, não em meros conceitos da razão, mas em fatos históricos, em dogmas revelados; para dessa forma, realizar um culto agradável a Deus, legislador supremo.

Kant percebe o problema do mal dentro de duas perspectivas: uma religiosa e outra filosófica (ROSENFELD, 1988). A primeira, o mundo começa com o bem, tendendo depois para o mal. Já no segundo, o homem progride sempre do mal para o bem. Ambas, levam Kant a pensar que a máxima do homem para a lei moral não é apresentada pela experiência, ela apenas nos mostra as ações que são contrárias à lei moral. *Dizer se o homem é mau ou bom, não depende da experiência, mas da máxima adotada pelo homem* (NAHRA, 1994). Convém aqui tornar claro que a expressão "mal radical", não é entendida por Kant como males quaisquer, ou formas particulares de mal, mas sim o mal que nos pode ser imputado. Com outras palavras, não são males catastróficos materiais, mas males que produzimos com nossas ações, de um mal que depende de nós. O "radical" faz alusão ao fundamento ou raiz do mal, ou seja, a própria condição de possibilidade do mal na moralidade (ESTEVES, p. 39).

Portanto, a diferença de se o homem é bom ou mal deve residir, não na diferença dos móveis, que ele acolhe na sua máxima (não na sua matéria), mas na subordinação (forma da máxima): de qual dos dois móveis ele transforma em condição do outro. Por conseguinte, o homem (inclusive o melhor só é mau em virtude de inverter a ordem moral dos motivos, ao perfilhá-los nas suas máximas)(...)ⁱⁱⁱ

Poderíamos agora perguntar, se o mal não tem origem na razão. Mas, como pode, se a razão é a fonte da lei moral. Se o mal não está fundado, nem nas inclinações, nem na razão, Kant vai nos levar a perceber que o mesmo está nas máximas que o homem adota, sendo ele próprio responsável. Assim, o mal só é mal, quando consentimos.

A razão, segundo Kant, é uma instância em matéria de religião e revelação; sendo a razão infinita, reconhecer tal limite é um dos maiores serviços à razão. Logo, o mal radical entra em sua teoria como influência do cristianismo (F. Javier Herrero, p. 84). Kant parece reconhecer uma certa influência entre a razão e a revelação na concepções religiosas. Eis o que ele escreve em carta sobre o Evangelho: *"O Evangelho é este fio condutor imperecível da verdadeira sabedoria, com o qual uma razão que termina sua especulação não somente se encontra, mas do qual recebe também uma nova luz em relação ao que fica ainda escuro, apesar de que tenha percorrido todo o campo e sobre que ela precisa portanto de ensinamento"* (TERNAY, p. 15).

A doutrina do mal radical corresponde a o pecado original da Bíblia. Olhando a Bíblia; Kant ensaia a história. O primeiro pecado é o início da história, sendo a passagem do homem do instinto para a razão. A história surge quando a razão se desprende de sua ligação com a natureza e a animalidade, sendo o homem capaz de tornar-se consciente de sua livre ação e de ter uma faculdade que não conhece limites nos projetos. O mal é humano, mas a natureza criada por Deus nos impele sempre ao bem. Daí, Kant dizer: "A história da natureza começa pelo bem, pois é obra de Deus; a história da liberdade começa pelo mal, pois é obra do homem" (F. Javier Herrero, p. 85-86).

O homem ultramoderno desconfia profundamente desses preceitos que não o deixa seguir livre na vida! A repetição estressante de que o homem foi criado para viver ao bem, perfazendo o combate sobre o mal o torna incapaz de atravessar a rua com liberdade. Esse jogo de palavras abriu espaço no próprio discurso da filosofia, gerando idéias niilistas, para apaziguar e esvaziar o discurso.

FINALIDADE DA COMUNICAÇÃO: O HOMEM

Vislumbramos a análise kantiana sobre a natureza humana e sua disposição natural para o bem e a conseqüente luta do bom princípio com o mau na dominação do ser humano (NECK, 1999). Perguntamos se a religião tem poder de dominar e persuadir o homem para exercer suas crenças, contrariando seus verdadeiros desejos e valores? É ético prometer um novo céu e uma nova terra para além da morte? A moralidade não tem efeito só em nossa realidade terrena? O bem e o mal não constituem faces da mesma moeda? Qual a diferença entre moral social e moral religiosa? Quais as

contribuições do Estado para o desenvolvimento de uma religião moral? E a natureza onde fica nessa discussão? A bíblia mais precisamente os versículos citados por Kant pode contribuir para entendermos o reinado de Deus sobre os homens? Qual a ligação de uma vivência em um Estado cosmopolita na valorização de uma religião moral?

Assim, reforçaremos também, a idéia de que Kant considera a realidade história do homem e chega a um resultado que transforma a religião numa intenção moral. Por conseguinte, já não se trata de perguntar se a religião nos traz a paz, mas se essa paz tem haver com a moralidade.

A crise, aparentemente velada, que vem aflorando no campo religioso da sociedade ultramoderna (prolongamento da modernidade), em todas as suas facetas, acende o debate entre as camadas pensantes da sociedade. De um lado, estão os estudiosos das ciências da religião e de outro os filósofos e intelectuais à procura de novos meios para pensar a realidade, de modo a contribuir para oferecer saídas de intervenção e compreensão do momento histórico presente. As novas facções políticas e as seitas religiosas e esotéricas de todos os tipos buscam analisar, compreender e oferecer soluções de ordem material ou espiritual que poderiam reconduzir a humanidade atordoada a caminhos de maior equilíbrio. Nossa intenção com esta comunicação é proporcionar o debate e colocar na ordem do dia, o pensamento filosófico de Kant com o intuito de resgatar um pensar para um entendimento sobre uma religião moral que se reflete sobre este momento de transição, onde se anuncia crises de valores éticos.

Os direcionamentos sociais sobre o assunto, têm demonstrado uma combatividade entre o discurso e a prática por constituir uma tendência à negação e escravização do homem em nome de uma fé ingênua e pouco esclarecedora, direcionada para uma mudança de valores, colocando em jogo o sentido da vida.

O grande desafio que se impõe à atual geração é reconquistar o sentido de “Deus”. Fala-se muito hoje em “desencanto” e da necessidade de “reencantamento da vida” e dos homens. É preciso, pois, buscar novas fórmulas para entender a religião e seus aparatos modernos, propiciando as condições para a discussão da realidade, na busca de soluções éticas e práticas para a resolução dos grandes problemas ultramodernos que desumanizam o viver tradicional no religioso.

Dentro desta problemática, como definir a moral dentro do campo religioso hoje? Esta é uma questão freqüentemente discutida pela filosofia da religião seja no estudo dos filósofos da patrística como também aqueles que aprofundaram seu estudo dentro de um projeto ético moral, como no caso de Kant. O estudo de recortes destes temas também constitui algo bastante debatido e mitigado, não só pela filosofia, mas também pelas demais ciências afins.

CONCLUSÃO

Ao analisar os procedimentos do homem ético religioso na ultramodernidade, a partir da filosofia kantiana, levamos em consideração não só a lei moral mais também o fato de que o homem necessita muito de um legislador avançado (Deus). Que essa é a razão pela qual Kant vê a religião como um prolongamento da moral; um prolongamento que não transcende a moral mais que é imanente a essa. Ao se pronunciar sobre religião ele não foge de sua missão de filósofo, pelo contrário, reafirma o necessário confronto do pensamento humano que interagem entre mito, religião, filosofia e ciência. Ele é inteligente para perceber que sem tal argumento sobre a religião moral seu pensamento ético filosófico esqueceria um importante campo de valorização das vivências humanas e ao discorrer sobre tal assunto acaba completando o conjunto de seus escritos, colocando na ordem da realidade humana argumentos que interagem entre religião e ética. Seu pensamento preterivelmente criticado alimenta nosso discurso.

Quanto às ilusões religiosas da ultramodernidade, Kant as apontam como manipuladoras do comportamento humano, gerando um ser servidor, embora não ético visto que esse serviço se tona um dever que escraviza e tolhe a liberdade humana.

Assim, Kant constata a submissão da política e da religião à moral a partir da idéia da suposição da existência efetiva de um estado de direito, baseado na lei da liberdade. É mantido o dever do homem livre na criação intencional de uma constituição legal da sociedade, é necessária então para isso uma ação genuinamente política que não pode ser resolvida no campo da moralidade. O sujeito moral, que pode em toda ocasião amparar-se sob as leis da razão prática, não deve esperar realizar sua intenção de uma ordem coletiva, exigida racionalmente pelo caminho das ações individuais. Inclusive, não é suficiente para este fim que todos os seres humanos

queiram viver numa contribuição legal segundo os princípios da liberdade, ou seja, na unidade distributiva da vontade de todos.

Assim, compactuamos com Kant quando em seu pensamento afirma: “duas coisas enchem-me o espírito de admiração e reverência: o céu estrelado acima de mim e a lei moral dentro de mim”^{iv} neste caso para Kant o sublime que provoca êxtase seria a tréplica natureza-liberdade-Deus. A natureza é nesse caso, a realização do fim moral do homem e um campo bastante explorado pelas religiões de favores. A exuberância kantiana não o permite descer ao patamar dos homens rudes, que ao seu bel prazer nega os sentimentos espirituais que os torna meramente humanos. Suas descobertas dificultam o entendimento medieval que estabelece a queda do corpo: metade no céu e metade na terra! Ele supera todas essas quase invenções, amarrada com fios podres, castigado com o suor dos ditos mal, traz para si todos os sentimentos derrotados do homem e transforma em balsamo precisou untado com o unguento do pensamento e da ação do homem. Farto das verdades das filosofias humanas detém em seus costumes de homem metódico a repetição paradigmática do tempo

REFERÊNCIAS

ESTEVEVES, Júlio Cesar Ramos. **Kant e o mal radical**. *Ethica*, Rio de Janeiro: Gama Filho, v.6, nº 1, pp. 34-50, 1999.

F. Javier Herrero. **Religião e Historia em Kant**. 1. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1991. v. 1. 193 p.

Luigi De Blasi. «**Kant e il problema della teologia. La filosofia trascendentale come condizione dell'oltrepassamento**». *Dialegethai*. Rivista telematica di filosofia [in linea], anno 6 (2004).

KANT, Immanuel. **A Religião nos Limites da Simples Razão**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala.

_____. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, s.d.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Rio de Janeiro: Edições 70, s.d.

_____. **À Paz perpétua**. Tradução: Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1989.

_____. **Para a paz perpétua – Estudo introdutório** / Joám Evans Pim. – Tradução de Bárbara Kristensen. – Rianxo : Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006. – (Ensaio sobre Paz e Conflitos; Vol. V). – D. L. C-2016/2006. – ISBN 84-690-0279-1

NAHRA, Cinara Maria Leite. **Teoria da Ação Moral em Kant**, 1994.

NECK, José N. **O princípio do amor-próprio em Kant**. *Síntese*, São Paulo: Loyola, v.26, n.º 85, pp. 165-186, 1999.

PASCAL, Georges. **O Pensamento de Kant**. Trad. Raimundo Vier. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

ROSENFELD, Denis L. **Natureza e mal radical em Kant**. In: _____. *Do mal para introduzir em filosofia o conceito de mal*. Trad. Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, pp. 57-66, 1988.

ⁱ KANT, A Religião nos Limites da Simples Razão, p. 145

ⁱⁱ KANT, A Religião nos Limites da Simples Razão, p. 155-157.

ⁱⁱⁱ KANT, A Religião nos Limites da Simples Razão, p. 41

^{iv} FILHO, Martins. SILVA, Ives Gandra. Manual esquemático de história da Filosofia – São Paulo: LTr. 1997. P. 207